

▶ A TENDÊNCIA É O APOIO INTEGRAL AO RELATÓRIO FINAL ◀  
(Do senador Élcio Álvares)

# CPI proporá suspensão de mandato

SERIA UMA PUNIÇÃO MAIS LEVE QUE A CASSAÇÃO, PARA ALGUNS CASOS. RELATÓRIO FINAL SERÁ LIDO NA SEXTA E VOTADO NO SÁBADO, SEM INTERRUPTÕES.

O relatório final da CPI do Orçamento vai propor, além da cassação dos envolvidos em irregularidades no Orçamento, a suspensão dos mandatos, como solução intermediária para as punições. O relator da Comissão, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) informou ontem que já tem prontos 36 pareceres sobre 71 nomes investigados. O relatório final começará a ser votado no sábado.

O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), disse que o relatório final será votado em bloco e, depois, à parte, os destaques, como ocorre em projetos de lei, por sugestão do relator. "Ganha-se tempo e na prática tem dado bons resultados". O senador Élcio Álvares (PFL-ES), que só vai assumir o cargo de ministro da Indústria e Comércio após o término da CPI, disse que pedirá que o relatório seja aprovado por unanimidade. "A tendência é pelo apoio integral ao relatório final".

O deputado Aloízio Mercadante (PT-SP), que tem reclamado dos rumos da CPI, criticou também a ideia de suspensão de mandatos. Ele acha que não se fere a ética pela metade. Magalhães informou que, além das punições indicadas no seu relatório, e que serão examinadas pela Câmara e pelo Senado, os processos serão enviados para o Ministério Público, no caso de ilícito penal, e para a Receita, quando se tratar de sonegação fiscal. O relatório da Subcomissão de Patrimônio aponta 74 sonegadores de imposto. Até agora, há 12 casos de investigados sem qualquer definição de culpa, e, por isso, o relator ainda aguarda o parecer das quatro subcomissões.

O relatório final terá 333 pági-



Arquivo/AE

Passarinho: relatório será votado em bloco.

nas. Destas, 250 serão utilizadas para o enquadramento dos culpados, de acordo com o Código de Processo Penal e com os regimentos internos da Câmara e do Senado. A apresentação do relatório terá, ao todo, 23 páginas, as explicações burocráticas 30 e as recomendações ao Congresso e ao Executivo, com propostas de projetos de lei, mais 30.

O relatório deverá ser lido na sexta-feira à tarde. A CPI decidiu utilizar o regimento do Senado, que prevê, no regime de urgência urgentíssima, a concessão dos pedidos de vistas por apenas meia hora. A CPI vai declarar-se em sessão permanente e entrar pela madrugada afora, para a discussão e votação. A sessão somente será encerrada após a aprovação

do relatório. "Não quer dizer que deixaremos de fazer alguma interrupção, mas vai ser uma maratona", disse o vice-presidente da CPI, Odacir Klein (PMDB-RS), autor da proposta da sessão permanente.

A Subcomissão de Bancos entregou ao relator uma lista com 16 nomes de pessoas que tiveram movimentação bancária suspeita, entre deputados, senadores e funcionários do Executivo, além do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PP). A Subcomissão de Patrimônio não vai apresentar nomes, embora tenha relacionado 74 suspeitos de sonegação de impostos e 54 por dúvidas na variação patrimonial. Bisol pretende tipificar os crimes, sem indicar nomes para cassação.

A Subcomissão de Emendas deverá concluir seu relatório amanhã. O coordenador da subcomissão, deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), informou que 15 parlamentares aprovaram mais de US\$ 5 milhões em emendas ao Orçamento. A Subcomissão de Subvenções Sociais, que também deve concluir seu relatório amanhã, relacionou 12 parlamentares suspeitos de liberação irregular de verbas para prefeituras e entidades fantasmas. Das 76 examinadas a partir das denúncias de irregularidades, apenas uma estava com sua prestação em dia.

O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PA), encaminhou ontem por escrito as respostas às seis perguntas enviadas pela CPI. Ele alegou inocência e disse que seu movimento bancário prova que não está envolvido em irregularidades. O senador Mauro Benevides (PMDB-CE) é outro que também poderá responder por escrito à CPI.